

Recurso da questão 19 do concurso de Delegado de Polícia Civil/ES

Eis a redação da questão 19 da prova do concurso de Delegado de Polícia Civil do Espírito Santo:

19ª QUESTÃO

Marque a alternativa correta do ponto de vista legal.

- a) No crime de incêndio, aumenta-se a pena em dois terços se o delito for praticado em galeria de mineração.
- b) No crime de estupro, aumenta-se a pena de metade se resultar a gravidez da vítima.
- c) Luiz, delegado de polícia civil, lotado em uma determinada delegacia de polícia, deixou, por indulgência, de responsabilizar o inspetor Amâncio após tomar conhecimento de que este teria praticado uma determinada infração. Nesse contexto, pode-se afirmar que o delegado praticou, em tese, o crime de condescendência criminosa.
- d) No crime de Falsa Identidade, o agente não apresenta nenhum documento de identidade para se identificar.
- e) Aquele que dolosamente retém documento de identidade de terceira pessoa responde pelo delito de supressão de documento.

O gabarito preliminar indicou que a **assertiva D** é a correta. Ocorre que, analisando detidamente o quesito, a **alternativa C também é correta**, senão vejamos.

O artigo 320 do Código Penal traz em seu bojo o crime de condescendência criminosa, nos seguintes termos:

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

De acordo com Victor Eduardo Rios Gonçalves:

Tendo um funcionário público, no exercício de suas funções, cometido infração administrativa ou penal que deva ser objeto de apuração na esfera da Administração, constituirá crime a omissão por parte de seu superior hierárquico que, por clemência ou tolerância, deixe de tomar as providências a fim de responsabilizá-lo (Direito Penal Esquemático – Parte Especial, 3ª edição, editora Saraiva, p. 771/772).

Rogério Sanches Cunha, adverte:

A conduta criminosa punível é de tolerar o funcionário público a prática, por parte de seu subordinado, de infração administrativa

ou penal, no exercício do cargo, deixando de responsabilizá-lo ou, faltando-lhe tal atribuição, não comunicando a violação à autoridade competente para aplicar a sanção (Código Penal para concursos, 5ª. Edição, editora Juspodivm, p. 579).

A análise da assertiva revela que as elementares do tipo estudado foram adimplidas: a) o delegado de polícia é superior hierárquico do inspetor; b) o delegado tem atribuição para responsabilizar o inspetor; c) a autoridade policial tomou conhecimento da infração praticada; d) o delegado deixou, por indulgência, de promover a responsabilização do inspetor.

Como a assertiva D (gabarito preliminar) também é correta (de fato, o crime tipificado no artigo 307 pressupõe a não apresentação de documento de identidade – se houver apresentação de documento falso, haverá crime tipificado no artigo 304; se houver apresentação de documento verdadeiro de outrem, haverá crime definido no artigo 308), **impõe-se a anulação do quesito**, por contar o mesmo com duas alternativas corretas.